b) Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração;
c) Proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas;
d) O arresto da totalidade ou de parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

30 de Março de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Encarnação Abecasis Capa Honrado.* — A Escrivã-Adjunta, *Maria Graça Gomes.*

5.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Anúncio n.º 2256/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)

Processo n.º 2715/06.0TJVNF

Insolvente — Álvaro Cunha & C.ª, L.da
Credor — Banif Leasing, S. A., e outros.

Nos autos de insolvência acima identificados, a correr termos no 5.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Famalicão, em que são:

Insolvente — Álvaro Cunha & C.ª, L.da, número de identificação fiscal 501574557, com endereço no lugar dos Carvalhais, Oliveira de Santa Maria, 4765-339 Vila Nova de Famalicão;

Administrador da insolvente — Álvaro da Cunha Silva, com endereço no lugar de Carvalhais, Santa Maria de Oliveira, 4765-339 Vila Nova de Famalicão;
Administrador da insolvência — Dr. Luís Gomes, com endereço na Rua de D. Afonso Henriques, 2688, sala N, apartado 2062, Águas Santas, 4429-909 Maia;

ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi designado o dia 26 de Abril de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores para discussão e aprovação do plano de insolvência.
Ficam ainda notificados de que nos 10 dias anteriores à realização da assembleia todos os documentos referentes ao plano de insolvência, se encontram à disposição dos interessados na secretaria do Tribunal.
Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.
É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).
Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea *c*) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

12 de Março de 2007. — O Juiz de Direito, *Manuel Alexandre Ferreira.* — O Oficial de Justiça, *Ana Paula Ramos Pereira Fonseca.*
2611007063

PARTE E

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

Despacho n.º 7835/2007

Torna-se público ter o conselho administrativo da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, em reunião de 8 de Novembro de 2006, delegado, com a faculdade de subdelegar e com promoção de publicação no *Diário da República,* na presidente do referido órgão os seguintes poderes:

Autorizar a contratação de formadores externos, bem como a despesa daí resultante até ao limite do ajuste directo;
Adjudicar o fornecimento de bens e a prestação de serviços até ao limite do ajuste directo;
Autorizar a realização e o pagamento de despesas até ao limite do ajuste directo;
Assinar todo o expediente que implique requisições de fundos e o processamento de pagamentos;
Aprovar as minutas dos contratos que titulem o fornecimento de bens e a aquisição de serviços e outorgar nesses contratos;
Proceder à verificação regular dos fundos em cofre e em depósito.

8 de Novembro de 2006. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria da Conceição Saraiva da Silva Costa Bento.*

UNIVERSIDADE ABERTA

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 7836/2007

Por despacho reitoral de 16 de Fevereiro de 2007, foi concedida equiparação a bolseiro no País, no período de 19 a 26 de Fevereiro de 2007, à mestre Isabel Maria Loureiro de Roboredo Seara, assistente com contrato administrativo de provimento na Universidade Aberta (UAb). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Março de 2007. — A Administradora, *Maria das Dores Castanho Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 7837/2007

Por despacho reitoral de 1 de Março de 2007, foi a Doutora Maria de Fátima Preto Barrocas Goulão, professora auxiliar de nomeação definitiva, com contrato administrativo de provimento na Universidade Aberta, nomeada, na sequência do resultado das eleições ocorridas em 15 de Fevereiro próximo passado, no Departamento de Ciências Sociais e Políticas, directora do referido Departamento, com efeitos a partir da data do despacho, nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 29.º e do n.º 1 do artigo 58.º dos Estatutos da Universidade Aberta, homologados pelo Despacho Normativo n.º 9/2002, de 14 de Fevereiro, publicado no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 38, de 14 de Fevereiro de 2002. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Março de 2007. — A Administradora, *Maria das Dores Castanho Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 7838/2007

Por despacho reitoral de 7 de Março do corrente ano, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País, no período de 15 a 18 de Março de 2007, à Doutora Maria Alexandra Saramago Castelo Branco Trindade Gago da Câmara, professora auxiliar de nomeação definitiva, com contrato administrativo de provimento na Universidade Aberta (UAb). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Março de 2007. — A Administradora, *Maria das Dores Castanho Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 7839/2007

Por despacho reitoral de 9 de Março de 2007, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País, no período de 24 a 29 de Abril de 2007, à mestre Isabel Maria de Seabra Rasoilo, professora do quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária de Sebastião e Silva, requisitada na Universidade Aberta (UAb). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2007. — A Administradora, *Maria das Dores Castanho Ribeiro.*